

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.980 - SC (2019/0299215-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : NEREU RAMOS
ADVOGADO : SILVIA DOMINGUES SANTOS MANSUR - SC010990
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : EZEQUIEL PIRES - SC007526

DECISÃO

Nereu Ramos interpõe recurso ordinário com fundamento no art. 105, inciso II, alínea "b", da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIÇOS NOTARIAIS DE NOTAS E REGISTRO. META N. 15 DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. VEDAÇÃO À NOMEAÇÃO DE INTERINO QUE TENHA VÍNCULO DE PARENTESCO COM O TITULAR ANTERIOR DA DELEGAÇÃO. DETERMINAÇÃO DA REVOGAÇÃO DE NOMEAÇÕES JÁ REALIZADAS. POSSIBILIDADE, CONFORME DECISÃO DE CARÁTER GERAL E VINCULANTE, PROFERIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NOS AUTOS DA CONSULTA N. 0001005-57.2018.2.00.0000. ORDEM DENEGADA.

Não se deferirá a interinidade a quem não seja preposto do serviço notarial ou de registro na data da vacância, preferindo-se os prepostos da mesma unidade ao de outra, vedada a designação de parentes até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, de magistrados que estejam incumbidos da fiscalização dos serviços notariais e registrais, de Desembargador integrante do Tribunal de Justiça da unidade da federação que desempenha o respectivo serviço notarial ou de registro, ou em qualquer outra hipótese em que ficar constatado o nepotismo, ou o favorecimento de pessoas estranhas ao serviço notarial ou registral, ou designação ofensiva à moralidade administrativa. A aplicação da Meta 15 deve incidir sobre todas as situações de interinidade que caracterizem nepotismo ou em desconformidade com o princípio da moralidade administrativa, ainda que existentes antes da publicação da referida Meta (CNJ, Min. João Otávio de Noronha).

(TJSC, Mandado de Segurança n. 4031403-46.2018.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, Grupo de Câmaras de Direito Público, j. 27-02-2019).

Trata-se de controvérsia que discute o direito de o recorrente permanecer à frente de determinada serventia cartorária extrajudicial, bem como a legalidade do ato de sua designação como interino.

A petição inicial faz observar que o recorrente foi assim designado em 15/10/1981 para o exercício da referida função por ato do titular do 4.º Ofício do Registro de Imóveis de Lages, que é também seu genitor.

Dado o falecimento do titular em 12/05/2015 o recorrente exerce interinamente a titularidade do cartório desde 20/05/2015, por força do art. 39, § 2.º, da Lei 8.935/1994,

mas por força da Circular n. 198, de 11/09/2019, ato da corregedoria local, houve a determinação da revogação da sua interinidade, em consideração à vedação à prática de nepotismo.

A irresignação do recorrente tem assento em suposta modulação na referida determinação uma vez que se fundamenta em ato do Conselho Nacional de Justiça o qual a seu turno teria efeito apenas para as designações feitas depois de 01/12/2015, sendo que a sua ocorrera em 14/05/2015, logo depois da declaração de vacância do registro imobiliário.

Nesse sentido, aduz que o CNJ teria empreendido a modulação dos efeitos da Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal, de sorte a não alcançar a sua situação, pontuando demais disso que fora violado o devido processo legal, que o caso tampouco configuraria nepotismo e que a nova interpretação da norma não poderia ter aplicação retroativa.

A segurança foi denegada em suma porque a compreensão advinda do CNJ não amparava a modulação temporal, antes existente ordem de sua aplicação indistinta, contra isso a petição do ordinário reiterando a argumentação inicial.

Houve pedido de tutela provisória assim redigido:

IV - NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO ATIVO

47. Diante da probabilidade do direito e do risco de dano irreparável, necessária a concessão de efeito ativo ao presente recurso, nos termos do art. 995 do CPC, cumprindo lembrar que ao recurso ordinário se aplicam as regras da apelação, cabendo a essa Colenda Corte exercer "a competência recursal sem qualquer limitação em relação à matéria fática" (Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha. Curso de Processo Civil - vol. 3, 2019, p. 358).

48. No caso, o fumus boni iuris exsurge cristalino porque o recorrente foi designado interino em 14.5.2015 (fls. 1.957), após exercer a função de substituto legal por mais de 33 (trinta e três) anos, sendo que a Súmula Vinculante 13 -STF, por determinação expressa da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos da Consulta n. 0001005-57.2018.2.00.0000 (fls. 1.977/86), aplica-se somente às nomeações ocorridas após o dia 12 de dezembro de 2015.

49. Além disso, o fato de a designação do impetrante decorrer do art. 39, § 2º, da Lei n. 8.935/94 afasta a ideia da indevida interferência ínsita ao nepotismo, devendo ser prestigiada a boa-fé objetiva do recorrente e a segurança jurídica proveniente de nomeação que ocorreu dentro da legalidade.

50. O periculum in mora é incontroverso, pois o impetrante foi afastado da interinidade que desempenhava há três anos e seis meses - sendo que, como visto, antes disso, foi Escrevente Substituto por mais de 33 (trinta e três) anos (fls. 1.953) -, estando, assim, privado de exercer a profissão que ama e domina, em ofensa a direito assegurado pela Constituição (art. 5º, XIII) e que

Superior Tribunal de Justiça

envolve a dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).

Desse modo, além do abalo anímico, o recorrente sofre prejuízo econômico, pois perdeu o seu meio de subsistência.

51. Veja-se que o ato coator não faz nenhum reparo às atividades do recorrente na gestão do Registro de Imóveis de Lages. Muito pelo contrário: o 4º Ofício, à época em que estava sob os seus cuidados, jamais foi objeto de representação ou reclamação perante a Corregedoria. Aliás, as fotos de fls. 2.028/62 comprovam que a Serventia era organizada, com excelentes instalações, ampla e confortável sala de espera, arquivos criteriosamente organizados e aparato técnico de qualidade, sempre no intuito de melhor atender à população.

52. Ante a relevância desses argumentos, necessária a concessão de efeito ativo ao presente recurso para que o recorrente retorne à interinidade do 4º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Lages, SC, até o trânsito em julgado da impetração ou até o provimento da Serventia por concurso público.

Contrarrazões em e-STJ fls. 2229/2235.

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O pleito incidental é improcedente.

Não há a princípio plausibilidade jurídica na tese recursal.

Pelo que se apreende da fundamentação do acórdão impugnado, que reproduz o acórdão administrativo do CNJ que daria suporte às razões recursais, as alegações do recorrente tem fundamento em interpretação rematadamente equivocada sobre o que determinou o CNJ, isso secundado inclusive por decisões administrativas posteriores as quais têm o condão de corroborar o acerto do ato produzido pela corregedoria local.

Nesse sentido foi destacado excerto de voto proferido pelo Em. Ministro João Otávio de Noronha no **Pedido de Providências n. 0009813-85.2017.2.00.0000**, no exercício da Corregedoria Nacional de Justiça, segundo o qual Sua Excelência faz questão de deixar claro que não há essa modulação temporal para a incidência da Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal tampouco para o cumprimento da Meta 15/CNJ:

A Meta 15 tem como objetivo realizar levantamento detalhado sobre a existência de nepotismo na nomeação de interinos no serviço extrajudicial revogando os atos de nomeação em afronta ao princípio da moralidade, apresentada no "1º Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial".

A Resolução n. 80, de 09/06/2009, dispõe, em seu parágrafo 2º do art. 3º, o seguinte:

[...]

A aplicação da Meta 15 deve incidir sobre todas as situações

Superior Tribunal de Justiça

de interinidade que caracterizem nepotismo ou em desconformidade com o princípio da moralidade administrativa, ainda que existentes antes da publicação da referida Meta.

Ao que parece, portanto, em análise nada vertical sobre o tema, não soa plausível a argumentação de que as determinações aludidas não seriam aplicáveis ao recorrente, do que decorre, em tese, o acerto do acórdão da origem

Assim, **indefiro o pedido de tutela provisória.**

Publique-se.

Intimem-se.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação sobre o recurso ordinário.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator